

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
2460460520190828154241

Processo 0815643-55.2019.8.23.0010 ☆ - (98 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 9597 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público

| Informações Gerais   | Informações Adicionais | Partes  | Movimentações  | Apensamentos (0)        | Vínculos (0)                              |
|--|------------------------|---|--|-------------------------|---|
| <div>Realces</div> <div>Realçar Movimentos de: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Membro MP <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Audiência</div> <div>Ocultar Movimentos: <input type="checkbox"/> Inválidos <input type="checkbox"/> Sem Arquivo <input type="checkbox"/> Hab. Provisória</div> |                        |   |  |                         |   |
| <div>Filtros</div> <div>Movimentado Por: <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Defensor de Justiça <input type="checkbox"/> Entidades Remessa <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Servidor</div> <div>Sequencial(Intervalo): <input type="text"/> ao <input type="text"/> Data do Movimento(Período): <input type="text"/> à <input type="text"/></div> <div>Descrição: <input type="text"/></div>     |                        |   |  |                         |   |
| 42 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 42   |                        |   |  | 500 por pág.            | 1   |
| Seq.   | Data                   | Evento  | Movimentado Por  |                         |   |
| <input type="checkbox"/>   | 42                     | 28/08/2019 15:42:41   | JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE                            |                         |   |
|  |                        | Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (20/08/2019)  | JOÃO ALVES BARBOSA FILHO   |                         |   |
|  |                        |   | Procurador   |                         |   |
|  | 42.1                   | Arquivo: Petição  | Ass.: JOAO ALVES BARBOSA   | FILHOJOAO ALVES BARBOSA | 2607146IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIALJUR01.PDF |
|  |                        |   | FILHO,   |                         | Público                                   |
|  | 41                     | 21/08/2019 14:43:42   | LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA   |                         |   |
|  |                        | (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 21/08/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 37) JUNTADA DE LAUDO (20/08/2019) e ao evento de expedição seq. 39. | JOÃO ALVES BARBOSA FILHO   |                         |   |
|  |                        |   | Procurador   |                         |   |
|  | 40                     | 20/08/2019 13:29:17   | LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA   |                         |   |
|  |                        | (Pelo advogado/curador/defensor de MARCELO ORANGEL FLORES VENTURA ) em 20/08/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 37) JUNTADA DE LAUDO (20/08/2019) e ao evento de expedição seq. 38.                     | Wallyson Barbosa Moura   |                         |   |
|  |                        |   | Advogado   |                         |   |
|  | 39                     | 20/08/2019 12:02:31   | EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO   |                         |   |
|  |                        | Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (20/08/2019)   | Stefferson Almeida de Lima   |                         |   |
|  |                        |   | Estagiário   |                         |   |
|  | 38                     | 20/08/2019 12:02:31   | EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO   |                         |   |
|  |                        | Para advogados/curador/defensor de MARCELO ORANGEL FLORES VENTURA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (20/08/2019)  | Stefferson Almeida de Lima   |                         |   |
|  |                        |   | Estagiário   |                         |   |
| <input type="checkbox"/>   | 37                     | 20/08/2019 12:02:22   | JUNTADA DE LAUDO   |                         |   |
|  |                        |   | Stefferson Almeida de Lima   |                         |   |
|  |                        |   | Estagiário   |                         |   |
|  | 36                     | 09/08/2019 15:28:59   | HABILITAÇÃO PROVISÓRIA   |                         |   |
|  |                        | Perito Oficial: mauro luiz schmitz ferreira habilitado até 07/11/2019 (90 dias)   | Nestor David Santana de Souza  |                         |   |
|  |                        |   | Estagiário   |                         |   |
|  | 35                     | 09/08/2019 15:28:52   | REMOÇÃO DE HABILITAÇÃO PROVISÓRIA                                      |                         |   |
|  |                        | Perito: mauro luiz schmitz ferreira   | Nestor David Santana de Souza  |                         |   |
|  |                        |   | Estagiário   |                         |   |
|  | 34                     | 02/08/2019 00:09:03   | DECORRIDO PRAZO DE MARCELO ORANGEL FLORES VENTURA                      |                         |   |
|  |                        | (P/ advgs. de MARCELO ORANGEL FLORES VENTURA *Referente ao evento (seq. 28) RETORNO DE MANDADO(24/07/2019) e ao evento de expedição seq. 31.  | SISTEMA CNJ  |                         |   |
| <input type="checkbox"/>   | 33                     | 31/07/2019 11:46:28   | JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE                            |                         |   |
|  |                        |   | JOÃO ALVES BARBOSA FILHO   |                         |   |
|  |                        |   | Procurador   |                         |   |
|  | 32                     | 25/07/2019 10:04:59   | LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA   |                         |   |
|  |                        | (Pelo advogado/curador/defensor de MARCELO ORANGEL FLORES VENTURA ) em 25/07/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 28) RETORNO DE MANDADO (24/07/2019) e ao evento de expedição seq. 31.                    | Wallyson Barbosa Moura   |                         |   |
|  |                        |   | Advogado   |                         |   |
|  | 31                     | 25/07/2019 09:30:04   | EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO   |                         |   |
|  |                        | Para advogados/curador/defensor de MARCELO ORANGEL FLORES VENTURA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento RETORNO DE MANDADO (24/07/2019)   | GEORGIA NAIADE ELUAN PERONICO  |                         |   |
|  |                        |   | Analista Judiciário  |                         |   |
|  | 30                     | 25/07/2019 09:29:45   | JUNTADA DE COMPROVANTE   |                         |   |
|  |                        | Devolução sem Leitura - De MANDADO expedido(a) (seq. 21) em 03/07/2019 - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA (03/07/2019). Parte: MARCELO ORANGEL FLORES VENTURA   | GEORGIA NAIADE ELUAN PERONICO  |                         |   |
|  |                        |   | Analista Judiciário  |                         |   |
|  | 29                     | 25/07/2019 00:03:05   | DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A |                         |   |
|  |                        | (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 12) DETERMINADA A EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE CITAÇÃO / INTIMAÇÃO  | SISTEMA CNJ  |                         |   |



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**Processo:** 08156435520198230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCELO ORANGEL FLORES VENTURA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

#### **DA AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A INVALIDEZ E O SINISTRO NOTICIADO**

Em que pese o laudo pericial produzido apontar invalidez do MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, é indubitável que não há como se admitir a relação de qualquer lesão em decorrência do acidente, ainda mais quando a documentação médica não aponta esta como sendo decorrente do acidente.

Primeiro, analisando-se os documentos médicos verifica-se incongruência entre estes que não admitem a sua aceitação.

Conforme se observa pelos riscos no boletim de ocorrência acostado, **o mesmo foi tornado se efeito**, não se mostrando hábil a comprovar a ocorrência de um acidente naquela data, cabendo a confirmação se de fato houve o registro de uma ocorrência que retrate o acidente narrado na inicial.

Além disso, verificando-se o boletim de atendimento médico, o mesmo afirma o atendimento de urgência teve por razão, trauma ocorrido 3 dias antes, ou seja, em 09/02/2018, contudo, o boletim de ocorrência sem validade aponta acidente ocorrido em 10/02/2018.

Em que pese a Ré tenha requerido o envio de ofício à delegacia, este juízo ainda não analisou o pedido em questão descrito na Contestação, mas é patente a sua necessidade, visto que sequer a data do acidente está comprovada nos autos.

No mais, o laudo pericial acolhido pelo juízo, sequer indica as limitações funcionais que indiquem invalidez do MEMBRO INFERIOR COMO UM TODO, não se observando a devida justificada da gradação realizada pelo perito, para a lesão apontada.

Conforme consta na documentação, a exemplo do boletim de atendimento de urgência e o boletim pré-operatório de páginas 6 e 7, a lesão sofrida foi no TORNOZELO não tendo atingido de maneira mais ampla o membro inferior:

Anamnese - (HORA DA CONSULTA - 12:00 h)  
Recomparece com edema em pé ① após trauma  
há 3 dias  
Exame Físico  
Edema em pé ①.  
A stamp reads: 'AUTENTICAÇÃO' and 'Fé que é presente em Original'.

Os documentos do procedimento cirúrgico demonstram da mesma forma que a lesão foi especificamente no maléolo do tornozelo direito:

GNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: fratura de tornozelo ①  
AÇÃO TERAPÊUTICA: estabilização AT 4 H 2 ①  
O DE INTERVENÇÃO:

Ocorre que, em perícia judicial FOI INDICADA UMA GRADAÇÃO PARA TODO O MEMBRO INFERIOR, fazendo-se crer que todo o membro tenha restado inválido, o que não é verdade.

Verifica-se, em verdade, um verdadeiro equívoco por parte do perito ao indicar o enquadramento da lesão na tabela considerando todo o membro quando na verdade somente se observou que a lesão limitou-se ao tornozelo, mas o perito acabou por indicar uma invalidez mais abrangente do que aquela apontada na documentação médica.

O próprio laudo é claro ao indicar que as limitações são no tornozelo não alcançando o MEMBRO:

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.  
fratura em tornozelo direito e tornozelo esquerdo  
c) trat. atual / plano  
III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

E conclui:

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo, informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

lesão em tornozelo direito (Mny direito) e/  
placa e punção e limitação local e dor e/ RX

V) Em virtude da evolução de lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

Portanto, não há como se admitir o nexo de causalidade entre o sinistro noticiado e a lesão apresentada na perícia judicial, pois, não há documentação que indique que a lesão EM TODO O MEMBRO INFERIOR foi decorrente do sinistro, nem tampouco se extrai limitação física que tenha atingido o membro como um todo.

Dessa forma, requer a total improcedência da demanda.

**DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO - SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008**  
**(ENQUADRAMENTO EQUIVOCADO DA LESÃO DIANTE DA TABELA)**

Alternativamente, caso superada a tese de ausência de nexo causal, fato que precisa ser considerado é que a gradação deverá considerar a efetiva invalidez a que restou acometida a vítima, **devendo ser observado que somente foi atingido o TORNOZELO, de maneira que o enquadramento da lesão deve ser feito conforme previsão da tabela para este seguimento.**

Para uma melhor visualização, segue tabela demonstrando o valor devido ao Apelado, com base na lesão suportada:

| Danos Corporais Segmentares (Parciais)                          | Percentuais | Valor da Indenização |
|---|-------------|----------------------|
| Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais            | das Perdas  |                      |
| Perda completa de mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | 25          | R\$ 3.375,00         |

| Repercussão      | Valor da Indenização |
|------------------|----------------------|
| 10% (grau médio) | R\$ 337,50           |

Sendo assim, na remota hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá corresponder ao enquadramento da lesão efetivamente sofrida, TORNEZELO, considerando ainda, o grau de repercussão da invalidez.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,  
BOA VISTA, 26 de agosto de 2019.

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**